

**OLHARES DO MÉXICO E DO BRASIL SOBRE A REVOLUÇÃO MUNDIAL:  
Releituras, circulação de idéias e conexões do Comunismo soviético entre o PCM e  
o PCB nas décadas de 1920 e 1930**

Fábio da Silva Sousa\*

Um desafio inquietante ao historiador que se propõem em investigar um fenômeno ou processo histórico em dois, ou mais países, está no direcionamento do seu olhar. Qual seria o melhor foco investigativo para tal compreensão histórica: a História Comparada ou a História Conectada?

A História Comparada apresenta sustentáculos teóricos que permitem ao historiador, em um primeiro momento, ter a certeza de que está no caminho certo em elucidar os fenômenos históricos do seu objeto de pesquisa. No caso dos Americanistas, comparando a trajetória de um conceito ou de um desenvolvimento histórico em realidades nacionais e sociais distintas, o historiador das Américas, teria os subsídios metodológicos de, enfim, se distanciar do domínio eurocêntrico sobre o campo de investigação. Contudo, Serge Gruzinski (2001, p.175) demonstra os limites de tal abordagem:

Para limitar o etnocentrismo e ampliar os nossos horizontes, a história comparada pareceu uma alternativa possível. Mas as perspectivas que propõe podem ser enganosas. A seleção dos objetos que têm de ser comparados, dos quadros e dos critérios, as perguntas, os mesmos modelos de interpretação, continuam sendo tributárias de filosofias ou de teorias da história que muitas vezes já contêm as respostas às questões do pesquisador. No pior dos casos, a história comparada pode aparecer como um ressurgimento insidioso do etnocentrismo.

Gruzinski alerta que a seleção dos objetos e as perguntas elaboradas nas comparações podem redundar em uma perspectiva eurocêntrica na pesquisa histórica proposta. No caso do movimento operário, essa afirmativa fica mais evidente, como demonstrado por Maria Ligia Coelho Prado (2005, p.23):

---

\* Doutorando em História e Sociedade pela UNESP – Universidade Estadual Paulista, campus de Assis.

A historiografia esperava encontrar nas sociedades latino-americanas o mesmo comportamento político e a mesma organização sindical que haviam criado “a consciência de classe” do proletariado europeu. Os autores se decepcionavam ao fazer a comparação e assumiam uma certa hierarquização apoiada em determinados juízos de valor assumidos a priori, escalonando dos mais “avançados movimentos sociais europeus aos mais “atrasados” latino-americanos que, por seu turno, ainda teriam um longo caminho a percorrer até chegar ao patamar idealizado.

A colocação de Coelho Prado entra em sintonia com os perigos da comparação histórica apontada por Gruzinski. Como apontado na citação acima, as análises sobre o movimento operário nas Américas foram durante muito tempo realizado pelo prisma dos proletários do *Velho Mundo*. Tais investigações, muitas delas difundidas na década de 1960, resultaram, quase sempre, em conclusões que colocavam o movimento operário da América-Latina em atraso com os trabalhadores europeus. Essa discrepância fica mais evidente em estudos voltados para as ideais políticas radicais, como o anarquismo e o comunismo, que circularam nos meios operários no final do Século XIX e início do XX.

Como exemplo, cito o anarquismo brasileiro, que por muito tempo, foi associado à teoria da *flor exótica*, na qual defendia a tese de que o pensamento anarquismo foi formulado a partir do desembarque de imigrantes europeus. A participação de italianos e de outros imigrantes na difusão da ideologia anarquista no Brasil é inegável, contudo, esse papel não deve ser interpretado de forma hegemônica. Há uma literatura sobre a formação da classe operária brasileira que interpreta como fundamental o papel do imigrante em sua organização militante. Na historiografia clássica do tema, essa influência européia recebeu a denominação de *planta exótica*, que explicaria a origem estrangeira do proletariado e da consequente introdução e hegemonia da corrente anarquista no início da república brasileira. Contudo, tais teorias foram debatidas nos anos de 1970, que demonstraram a heterogeneidade dos imigrantes e dos próprios operários brasileiros.

No México, também encontramos críticas semelhantes, principalmente em virtude dos *Batallones Rojos*, que foram colunas formadas por operários que combateram as tropas de “Pancho” Villa e Emiliano Zapata (Cf. CLARK, 1979). A maioria dos operários que constituíram essas tropas eram filiados a Casa del Obrero Mundial, C.O.M, fundada na cidade do México em setembro de 1912, cuja atuação

durou até meados de 1918. Chama atenção que a C.O.M era de tendência anarco-sindicalista, e, segundo Anna Ribera Carbó (2010), uma grande parcela de integrantes do movimento operário mexicano filiados a essa organização, tinham uma visão depreciativa dos camponeses e criticavam a religiosidade dos mesmos. Vale ressaltar, que houve algumas divergências nessa decisão da C.O.M e uma parcela de seus filiados se uniram aos zapatistas.

Nesses dois casos mencionados, encontramos uma peculiaridade tanto no movimento operário brasileiro quanto mexicano de orientação anarquista ou anarco-sindicalista, que, se comparadas com os ácratas europeus, acabam redundando em afirmações de que nesses dois países, a doutrina anarquista não se desenvolveu na sua plenitude e nem foi interpretada corretamente pelos seus adeptos. Tal conclusão fortalece as afirmações apresentadas por Gruzinski e Coelho Prado.

Algumas referências sobre essa diversidade conceitual podem ser detectadas no Comunismo. A Revolução de Outubro trouxe um novo paradigma de práxis revolucionária para o movimento operário em perspectiva continental. De 1917, período da Revolução Russa até o período próximo da Segunda Guerra, diversos operários latino americanos aderiram ao comunismo e formaram partidos inspirados pelos soviéticos revolucionários, como demonstra Codovilla (2006, p.430):

Entre 1918 e 1922 surgiram partidos comunistas na Argentina, no México, no Uruguai, no Chile e no Brasil. Em 1925, fundava-se o Partido Comunista cubano. Durante a grande crise econômica mundial e as grandiosas lutas realizadas pelos trabalhadores dos países da América Latina, formaram-se partidos comunistas na Venezuela, na Colômbia, no Peru, no Equador, na Costa Rica, em El Salvador e no Paraguai; em outros países, constituíram-se às vésperas ou depois da Segunda Guerra Mundial.

Examinemos de maneira sucinta a formação do Partido Comunista Mexicano, PCM, e do Partido Comunista Brasileiro, PCB.

O PCM foi fundado em 25 de setembro de 1919 e reconhecido pela Internacional Comunista de Moscou, IC, em 24 de novembro do mesmo ano. O PCM surgiu nos últimos momentos da etapa armada da Revolução Mexicana e é um dos partidos mais antigos do México. Foi o segundo PC formado na América-Latina, cujo pioneirismo fica com a Argentina. Para a URSS, a fundação de um PC no México era

de fundamental importância, devido a sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, EUA (Cf. MÁRQUEZ FUENTES & RODRÍGUEZ ARAUJO, 1973).

O PCB foi fundado em março de 1922 e foi reconhecido pela IC em janeiro de 1924. Entre seus fundadores, destaco a presença de Astrojildo Pereira. Colaborou em diversos periódicos de orientação anarquista do período de 1910 a 18. Em novembro desse último ano apontado, participou da malograda “insurreição anarquista” do Rio de Janeiro e acabou preso no dia 18 de novembro. Depois do reconhecimento da IC sobre o PCB, participou da 5ª Internacional Comunista, IC, em Moscou, e de 1929 a 1930, trabalhou como secretário representante da América Latina na IC. Retornou ao Brasil em 1930, afastou-se do Partido um ano depois e retornou no ano de 1945. Com a legalização do Partido Comunista após a Segunda Grande Guerra, candidatou-se a vereador do Rio de Janeiro, não conseguiu se eleger, foi preso após o golpe militar e faleceu em 1965 (BATALHA, 2009, p.125).

Nesses dois casos citados acima, tanto o PCM quanto o PCB tiveram uma trajetória peculiar em sua formação. Ao realizar uma história comparada de ambos, tendo como ponto de análise o Comunismo soviético, há o risco de apenas demonstrar as dificuldades dos comunistas mexicanos e brasileiros, em implantar as diretrizes da IC em suas respectivas agremiações. Essa afirmação também poderia ser utilizada como explicação pelas diversas dificuldades enfrentadas pelos dois partidos em fomentar uma revolução comunista em suas respectivas realidades. Em outras palavras, as conclusões já estariam formadas antes mesmo da pesquisa referente ao tema e fortaleceria a equivocada afirmação historiográfica denunciada por Coelho Prado, de que o movimento operário europeu *seria mais avançado* que o *latino-americano*.

Em uma tentativa de *desatar esse nó* metodológico, considero que as Histórias Conectadas fornecem importantes contribuições para pensarmos essa questão complicada da relação do movimento operário mexicano e brasileiro – das Américas e de outras realidades –, com o conceito de Comunismo revolucionário que circulou intensamente pelo mundo após a Revolução Russa.

O conceito de Histórias Conectadas foi desenvolvido pelo indiano Sanjay Subrahmanyam (1997). Nesse texto, o autor realiza uma crítica em diversos estudos sobre a história da Ásia e, aponta como um dos entraves metodológicos o fato de que as civilizações desse continente são analisadas em comparação com o mundo europeu. Nas

colocações do autor, os estudos sobre o sudoeste asiático sempre foi realizado com os “*big players*” – Japão e a Europa ocidental –, deixando de lado comparações com outras regiões asiáticas (1997, p.744). Outra questão apontada por Subrahmanyam, está relacionada às pesquisas, que tinham como proposta investigar fenômenos históricos clássicos nos países europeus, em outras sociedades, como a Modernidade e a Renascença (1997, p.737):

(...) to delink the notion of “modernity” from a particular European trajectory (Greece, classical Rome, The Middle Ages, the Renaissance and thus ‘modernity’...), and to argue that it represents a more-or-less global shifty, with many different sources and roots, and-inevitably-many different forms and meanings depending on which society we look at it from.

Na citação acima, segundo Subrahmanyam, a modernidade europeia apresenta diversas lacunas quando aplicada em outras regiões, pois, tal processo possui diversas particularidades definidas por meio de sua trajetória histórica no *Velho Mundo*. O autor coloca em xeque o esforço de se realizar uma História Total, pois, se a Renascença foi um processo *divisor de águas* no desenvolvimento europeu, como poderíamos pensar o seu impacto na Ásia e mesmo nas Américas? Para Subrahmanyam, se existe essas dificuldades metodológicas nas Histórias comparadas, poderíamos conseguir resultados interessantes com as Histórias Conectadas (1997, p.744 – grifo meu):

Is there a realistic methodological alternative, one that does not require one to become a specialist on everything? There are probably several, and in what remains of this paper, I shall concentrate on on broad possibility, namely that of ‘**connected histories**’ as opposed to ‘**comparative histories**’.

As Histórias conectadas são opostas às histórias comparativas, como apontado pelo autor?

Observemos abaixo como Gruzinski (2001, p.176) se coloca diante dos desafios da História conectada:

Parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as

histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de electricista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras.

Na concepção de Gruzinski a concepção de Subrahmanyam abre a possibilidade de pensarmos em uma história global e multifacetada, com alguns pontos de convergências que o historiador tem de *perceber* para poder *ligar*. Comentando o trabalho Gruzinski, Coelho Prado (2005, p.27) reafirma as vantagens de trabalhar com História Conectada, principalmente em pesquisas voltadas para a América–Latina:

Associa a visão eurocêntrica daqueles que trabalham com a história da América Latina com as perspectivas dualistas: o ocidente e os outros, os espanhóis e os índios, os vencedores e os vencidos, em suma, as análises sistematicamente concebidas em termos de alteridade. A solução seria trabalhar com as histórias conectadas, pois elas são múltiplas e ligadas entre si, comunicando-se umas com as outras. Tal postura está de acordo com a elaboração de seu conceito de *mestiçagem* resultante do encontro de vários universos culturais na América – o indígena, o europeu, o africano, o asiático – que se manifesta na produção das técnicas, das artes e das leis.

E, ao contrario de Subrahmanyam, Coelho Prado defende que Histórias Conectadas e Comparadas podem convergir e dialogar entre si (2005, p.30):

Penso, ainda, que a escolha da história comparada não exclui a abordagem de histórias conectadas. A única crítica metodológica indicada por Serge Gruzinski com relação à comparação refere-se à dificuldade de escapar da visão eurocêntrica e dos modelos dicotômicos. Do meu ponto de vista, é possível fazer história comparada e permanecer crítico das visões eurocêntricas e dicotômicas. Assim, entendo que há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão.

Diante exposição metodológica exposta, compartilho de diversas afirmações realizadas por Gruzinski, Coelho Prado e Subrahmanyam. Pensar os fenômenos históricos pelas particularidades de cada realidade é bastante inovador e desafiador para o historiador, principalmente no que concerne ao movimento operário, pois, como já

exposto nesse texto, as suas teorias radicais, o anarquismo e o comunismo nasceram na Europa.

Sobre tal afirmação, o movimento operário, tanto mexicano quanto brasileiro, sofreu com a sombra da dinâmica européia em diversos estudos que propuseram investigar como o anarquismo e o comunismo se desenvolveu nessas duas realidades. No caso do comunismo, essa discrepância se acentuou, pois, a Rússia pós-revolucionária colocou-se como o modelo fidedigno de organização proletária a ser seguida, não apenas pelos operários das Américas, como em escala global.

Os estudos clássicos sobre o PCM e sobre o PCB em diversos momentos se valeram da estrutura da IC para explicar os deslizes de seus partidários em seus países. O caso do México é emblemático dessa afirmação. Além das ressalvas direcionadas às próprias ações do PCM, alguns historiadores de tendência trotskistas mexicanos o utilizaram como exemplo das resoluções elaboradas por Trotsky sobre os defeitos da direção revolucionária soviética após a sua derrota na disputa contra Stálin que se seguiu da morte de Lênin. Como demonstrado por Peláez (1980, p.7):

Para los trotskistas, tanto mandelianos, posadistas y pablistas como lambertistas y morenistas, la explicación de la historia posrevolucionaria de México – ¡no sólo del PCM! – se localiza en un elemento: la crisis de dirección revolucionaria, que, como dice el Programa de Transición, es la crisis de la humanidad. Aguilar Mora, Rodríguez Araujo, Gómez-Jara, Gilly, Fernández Christlieb y otros cuadros teóricos del PRT, la LOM y demás tendencias del trotskismo repiten las conclusiones y antiguallas de Trotsky, Mandel, Broué y Lora sobre la “degeneración burocrática” de la Unión Soviética y el movimiento comunista internacional, incluido, naturalmente, el PCM. En esta forma, ¡la historia está clarísima!

Vale ressaltar, que além das dificuldades em dividir a vanguarda revolucionária com outras organizações operárias, como a CGT de orientação anarco-sindicalista e a CROM reformista, o PCM ainda enfrentou a intensa influência do trotskismo, resultada do período em que Trotsky esteve asilado no México, de janeiro de 1937 até 21 de agosto de 1940, quando foi assassinado.

O PCB enfrentou crises de adaptações ou divergências táticas em 1923, 1926 e 1928. Após sua fundação em 1922, Antônio Bernardo Canellas foi enviado para Moscou com o objetivo de obter o reconhecimento do PCB diante da IC. Autodidata e tipógrafo, a bagagem intelectual e revolucionária de Canellas teve como base o

socialismo comunal, e sua participação nas reuniões do IV Congresso da IC, realizado em novembro de 1922 foi bastante polêmica. Canellas formulou uma interpretação peculiar do bolchevismo, como demonstra Carone (1981, p.23):

Para ele, o “bolchevismo é uma fórmula prática de aplicação do socialismo, é uma teoria socialista surgida na prática. Ela é portanto a mais exata de todas as teorias socialistas e a única que pode tomar o nome de socialismo científico porque, só sendo cientificamente exato o que for praticamente demonstrável, ele o é. O ponto de origem do bolchevismo, é certo, foi o marxismo, mas o bolchevique só foi um partido rigorosamente marxista até a véspera de seu triunfo(...)”.

Canellas divergiu de algumas resoluções da IC, e como representante do PCB as suas opiniões foram consideradas como orientações oficiais dos comunistas brasileiros. Nas resoluções definidas a posterior da participação de Canellas, a IC atestou que o PCB sofria de uma “confusão reinante sobre a teoria e a tática comunistas”, e, até 1924, a agremiação representante do comunismo no Brasil foi considerada um “Partido simpatizante”.

Depois do exposto, considero que tanto o PCM quanto o PCB não devem ser considerados partidos que não conseguiram implantar o comunismo no México o no Brasil, em virtude de uma ineficiência inicial em compreender as resoluções da IC. Acredito que tanto o Comunismo no México quanto no Brasil tiveram uma trajetória distinta, uma História particular, com pontos que podem ser conectados, como proposto por Subrahmanyam. Assim, Gruzinski e Coelho Prado demonstraram a força e as vantagens do historiador em trabalhar com as Histórias Conectadas, o que fornece subsídios metodológicos interessantes para avaliar o impacto da Revolução Russa e do Comunismo soviético nas Américas.

## **Bibliografia**

BATALHA, Claudio H. M. **Dicionário do movimento operário. Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920. militantes e organizações.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

CARONE, Edgar. Uma polêmica nos Primórdios do PCB: o Incidente Canellas e Astrojildo (1923). In: \_\_\_\_\_/ LIMA, Heitor Ferreira... [et al.]. **História & Memória.** N° 1 Astrojildo Pereira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.p.15-36.

CLARK, Marjorie Ruth. **La organización obrera en México**. México: Ediciones ERA, S.A. 1979.

CODOVILLA, Vittorio. História do marxismo na América Latina. In: LÖWY, Michel (org). **O marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 2ª ed. ampl. Trad. Cláudia Schilling & Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.p.430-435.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia a República. Momentos decisivos**. 8ª. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

E. LIDA, Clara & ILLADES, Carlos. El anarquismo europeo y sus primeras influencias en México después de la Comuna de París: 1871-1881. In: **Historia Mexicana**. México: El Colegio de México, Vol. LI, nº 01, Julio-Septiembre 2001.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. In: **Topoi**, Rio de Janeiro: Mar-2001, 175-195.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era dos Impérios. 1874-1914**. 12ª Ed. Trad. Sieni Maria Campos & Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LINEBAUGH, Peter & REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças. Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MÁRQUEZ FUENTES, Manuel & RODRÍGUEZ ARAUJO, Octavio. **El Partido Comunista Mexicano (en el periodo de la Internacional Comunista: 1919-1943)**. México: Ediciones “El Caballito”, 1973.

NORTE, Sérgio Augusto Queiroz. **BAKUNIN: sangue, suor e barricadas**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

PELÁEZ, Gerardo. **Partido Comunista Mexicano. 60 años de historia. I (Cronología 1919-1968)**. México: Universidad Autónoma de Sinaloa, 1980.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. In.: **Revista de História**. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. nº 153. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2º sem. 2005.p.11-33.

RIBERA CARBÓ, Anna. **La Casa del Obrero Mundial. Anarcosindicalismo y revolución en México.** México: INAH, 2010.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão Negro sobre Pátria Oliva: Sindicalismo e Anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo... [et. al.]. **História do movimento operário revolucionário.** Trad. Plínio Augusto Coelho. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004.p.125-189.

SOUSA, Fábio da Silva. **OPERÁRIOS E CAMPONESES. A repercussão da Revolução Mexicana na Imprensa Operária Brasileira (1910-1920).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista (UNESP): Assis, 2010.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurásia. In: **Modern Asian Studies.** Special Issue: The Eurasian Context the Early Modern History of Mainland South East Ásia, 1400-1800. Vol. 31, N° 3 (Jul., 1997). USA: Cambridge University Press, 1997.p.735-762.

ZARCONE, Pier Francesco. **Os Anarquistas na Revolução Mexicana.** São Paulo: Faísca, 2006.

WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.p.271-294.

WOODCOCK, George. **Os Grandes Escritos Anarquistas.** Trad. Júlia Tettamanzi e Betina Becker. Porto Alegre: L&PM, 1981.